



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Ata da 126ª reunião, realizada em 6 de julho de 2023

Em 6 de julho de 2023, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Rita de Cássia Silva Braga e Braga, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Maria Eneila de Loiola, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Jorge, da Secretária de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Washington de Miranda Melo, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Fernanda Barbosa Xavier, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Henrique Moreira de Melo Silva, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Edilson de Almeida, da Prefeitura de Diamantina. Representantes da sociedade civil: Laila Tupinambá Mota, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Luiz Rodolfo Antunes Quaresma, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Diego Margonari D'Ávila, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Jader Vinícius Brant Coelho, do Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina; Regina Célia Fernandes Faria, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Emeson Ramalho dos Santos, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Rita de Cássia Silva Braga e Braga declarou aberta a 126ª reunião da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha e deu boas-vindas aos presentes. Em seguida, fez a leitura do memorando da Secretaria Executiva do COPAM no qual é feita a sua designação para presidir esta sessão. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde, senhora presidente. Boa tarde, senhores conselheiros. Nós temos um comunicado em relação à agenda de reuniões do ano todo da URC Jequitinhonha. Eu vou projetar para os senhores, como temos novos conselheiros, para deixar registrado. Senhores conselheiros, esta agenda está disponível para os senhores no site da SEMAD. Aba esquerda inferior, dentro de ‘COPAM’ ou ‘CERH’, os senhores vão ver a agenda das Unidades Colegiadas. As reuniões do Jequitinhonha ocorrem toda quinta-feira do mês, às 14h, sendo agosto, dia 10; setembro, dia 5; outubro, dia 5; novembro, dia 9; e em dezembro vai ser no dia 7 também, que é uma quinta-feira. Esta agenda que estamos projetando, os senhores podem perceber que também conseguem ver reuniões de outras Unidades Colegiadas. Todas que encontram-se aqui presentes são reuniões ordinárias, que têm o calendário previamente estabelecido na última reunião do ano. Havendo a reunião de 7 de dezembro, vai ser pautada a agenda do ano de 2024, a qual os senhores vão aprovar para o próximo ano. Então, é importante, por gentileza, que os senhores anotem as próximas reuniões para que não percam prazo e acompanhem direitinho o e-mail, que sempre encaminhamos também em comunicado aos senhores. Dúvidas, nós estamos à disposição. Obrigada, senhora presidente. Boa reunião a todos.” **5) EXAME DA ATA DA 125ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 125ª reunião da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, realizada em 1º de junho de 2023. Votos favoráveis: Seapa, Seinfra, PMMG, MPMG, Prefeitura de Diamantina, Fiemg, Faemg, Federaminas e Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina. Abstenções: Zeladoria do Planeta, Senar, Crea e Sede. Ausência: Promutuca. Justificativas de abstenções. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: “Por ser a minha primeira reunião e a primeira participação da Zeladoria do Planeta, eu me abstenho.” Conselheiro Emeson Ramalho dos Santos: “Eu vou me abster do voto porque não participei da última reunião. É a primeira vez.” Conselheira Fernanda Barbosa Xavier: “Eu também vou fazer abstenção do meu voto porque não participei da reunião anterior. Então eu acho que não é viável a minha votação.”

Conselheira Maria Eneila de Loiola: “Eu não participei da última reunião do Conselho, então eu posso me abster. Correto? Eu li, fiz a leitura, mas não participei da última reunião.” **6) DIÁLOGO DA COMISSÃO DE ÉTICA COM OS CONSELHEIROS. Apresentação: Comissão de Ética SEMAD.** Foi apresentado à URC Jequitinhonha, por meio de vídeo institucional, o trabalho realizado pela Comissão de Ética da SEMAD, com sua composição, atribuições, objetivos, Código de Conduta Ética do Agente Público, e sobre a atuação e conduta dos conselheiros do COPAM na condição de agentes públicos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Ana Carolina Andrino de Melo, presidente da Comissão de Ética, colocou a comissão à disposição dos conselheiros. **7) REGIMENTO INTERNO DO COPAM - DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022. Apresentação: SEMAD.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida, da SEMAD, fez apresentação sobre o Regimento Interno do COPAM, incluindo as competências das Unidades Colegiadas, funcionamento das reuniões e atribuições dos conselheiros, e colocou-se à disposição, bem como a Unidade dos Órgãos Colegiados, para esclarecimentos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL: 8.1) Luciano Willian Canuto. Felício dos Santos/MG. PA/SEI Nº 2100.01.0041243/2022-08. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo. Área Requerida: 40,4679 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Inicial e Médio. Apresentação: URBio Jequitinhonha. Retorno de vista pelo conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Recurso deferido por maioria nos termos do parecer de vista da Faemg, que opina pela nulidade da decisão do órgão ambiental de indeferimento do processo de intervenção ambiental e pelo acolhimento das razões recursais. A decisão da URC Jequitinhonha nesta sessão contraria o Parecer Único do órgão ambiental, que opina pelo indeferimento do recurso. Votos favoráveis ao Parecer Único: PMMG, Crea e MPMG. Votos contrários ao Parecer Único: Seapa, Seinfra, Prefeitura de Diamantina, Fiemg, Faemg, Federaminas, Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina, Zeladoria do Planeta, Senar e Sede. Ausência: Promutuca. Justificativas de votos contrários ao Parecer Único. Conselheiro Edilson de Almeida: “O meu voto é contrário ao parecer do IEF. Na minha identificação, como eu disse anteriormente na minha fala, a lei é bem clara em relação a área abandonada. E, pelo que foi constatado, existe ali o uso social e econômico da área. Então o meu voto é contrário ao parecer.” Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “Eu faço isso porque, mesmo entendendo que as informações complementares poderão ser solicitadas, e não que devem ser solicitadas, eu acho que não custava nada ter solicitado essas informações complementares ao proprietário dessa área. Eu acho que, se tivesse feito isso lá naquele início, essa discussão hoje não estaria em pauta aqui. Por isso é que eu sou contrário ao parecer do IEF.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “Eu voto contrário baseada nas razões expostas no parecer de vista do conselheiro Rodolfo e no que foi discutido aqui também.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Voto contrário. Eu acho que já falei bastante da nossa visão. E é aquilo, eu estive na área, entendo o impacto ambiental ser praticamente inexistente, a importância do empreendimento, e acho que, para o desenvolvimento da região e para a viabilidade técnica e econômica da Fazenda, é importante deixarmos o produtor trabalhar.” Conselheiro Diego Margonari D’Ávila: “Eu voto contrário. Os argumentos do IEF são fortes, mas nós somos obrigados a nos colocarmos no lugar do produtor. São altos custos, empreender não é fácil. Então meu voto é contrário.” Conselheiro Jader Vinícius Brant Coelho: “Nós também estivemos na área, fizemos uma visita à propriedade. E também juntando aos pareceres votamos contrário ao parecer do IEF, tanto pelas questões econômicas que um novo processo traria, tanto quanto as questões econômicas para o local, o que pode gerar de emprego essa produção que o produtor pode fazer. Então somos contrários ao parecer do IEF, achamos que deve, sim, ser autorizado o desmatamento.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: “Considerando que os impactos ambientais são totalmente mensuráveis, considerando que todos os laudos apresentados foram aprovados e considerando a inconsistência com relação à área abandonada relatada pelos demais e pelo relato de vista do nosso companheiro, eu voto contrário.” Conselheiro Emeson Ramalho dos Santos: “Considerando toda a subjetividade dessa questão da classificação de área abandonada, eu voto contrário. Porque é muito relativa essa definição, tem fotos do local, teve profissionais técnicos que compareceram ao local que puderam identificar. E, igual foi falado, não se mistura área abandonada com área descuidada. Devido a questões econômicas temporárias do produtor, pode ser que ele inviabilizou essa questão do trato dessa área, mas

não classifica como abandono. Voto contrário ao IEF.” Conselheira Maria Eneila de Loiola: “Eu voto contrário porque a justificativa, no caso, do Sr. Luiz Rodolfo me pareceu bem pertinente. Então o meu voto contrário é em função disso.” Conselheiro Marcelo Jorge: “Eu voto contrário também porque, pelo que o conselheiro falou a respeito, a área já está com implantação, já está com áreas em recuperação do meio ambiente. Então eu voto contrário. A área não é degradada, ela não está sem uso, ela está regenerando e está ficando boa. O voto é contrário.” Manifestação da Presidência. Presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga: “O resultado final é: três votos favoráveis ao parecer do IEF, dez votos contrários ao parecer do IEF e uma ausência. Lembrando aos senhores conselheiros que, com o resultado dessa votação, em função do retorno de vista, do relato do conselheiro e de toda a explanação, tanto do empreendedor quanto dos demais conselheiros, este processo retoma para o IEF para análise de mérito em função das considerações referentes à área abandonada e referente também às demais considerações que foram traçadas. Para esclarecer. Muito obrigada.”

9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 9.1) Antares Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Diamantina/MG. Licença de Operação Corretiva. PA nº 00540/2004/003/2020. PA/SEI nº 1370.01.0010360/2021-07. ANM nº 807.608/1977. Classe 4. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Retorno de vista pela conselheira Laila Tupinambá Mota, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, MPMG, Prefeitura de Diamantina, Faemg, Federaminas e Senar. Abstenções: Crea, Fiemg e Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina. Ausências: Promutuca e Zeladoria do Planeta. Justificativas de abstenções. Conselheira Fernanda Barbosa Xavier: “O meu voto é abstenção uma vez que a internet caiu e eu não consegui acompanhar o início do processo.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “Eu vou me abster de votar, pelas razões expostas no parecer. Eu não considero que temos informações e elementos suficientes para poder estar votando este processo aqui hoje.” Conselheiro Jader Vinícius Brant Coelho: “Mesmo entendendo toda a defesa da Fiemg e dos inscritos, como a votação é só entre favorável e contrário, a situação que chegou até o Conselho, nós vamos nos abster desta votação. Nós entendemos a solicitação da Fiemg, o parecer da Fiemg, até mesmo pelas questões de arquivamento. Porém, a votação não está aqui para esse tipo de situação. Então por isso nos abtemos, por entender essa parte por ter chegado diferente do que achamos que deveria na votação aqui.”

10) ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Como eu queria falar no outro (item de pauta), mas até para respeitar a pauta, eu acho que agora nas considerações finais fica adequado falar. Porque na primeira votação (item 8.1), aquela que trabalhamos hoje mais cedo, eu fiquei entendido que o pedido foi deferido. Não?” Presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga: “Conselheiro, questão de ordem. Eu vou até pedir apoio ao nosso assessor regimental para que ele possa esclarecer o seu questionamento e a pertinência desse questionamento.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Seguindo o Regimento Interno, se encerrou qualquer assunto pertinente àquele item de pauta. O que ficou: deferiu o recurso do recorrente, do Luciano, nos termos do que consta do seu parecer, do recurso dele. A decisão foi essa. Está encerrado o item, eu acho que não é pertinente agora questionamento, rediscutir o assunto que foi decidido lá. A fala da presidente foi clara. O que foi julgado foi o parecer do IEF, pelo indeferimento, e o recurso da parte do Luciano, nos termos em que foi pedido, foi exposto. É isso. Não tem dúvida.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Nós só ficamos na dúvida de qual vai ser o encaminhamento.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “A revisão da decisão, o que está pedindo.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Para mim, no nosso entendimento, até teve outras votações assim, ele está autorizado. Não?” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “A fazer a supressão dos 40? O que pediu foi a revisão da decisão em relação à área abandonada. Me perdoe, mas eu acho que tem outros tópicos. A análise do IEF, pelo que eu vi, pode interferir na questão de inventário florestal; não sei. Porque não adentrou nessa questão, acho que não foi julgado o mérito em si do inventário. Porque, pelo que você lê no tópico, é estágio... Pode fazer leitura de novo, fazendo o favor, da pauta? ‘Luciano Willian Canuto. Para uso alternativo do solo, área requerida de 40,4679 hectares; passível de aprovação: zero; fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual; estágio de regeneração Inicial e Médio. Nós

discutimos acho que a questão da área abandonada. Se tiver estágio Médio na área de supressão dos 40, eu não posso afirmar isso aqui. Eu não estou dizendo que é isso. Por isso que eu te falei: encerrou o assunto lá, isso deveria ter sido discutido lá.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Desculpe interromper, mas a votação é igual a que votamos agora mineração. Então poderíamos criar uma terceira coluna lá. Nós estávamos votando se deferiu ou indeferiu, autorizou ou não autorizou. Não tem terceiro caminho, porque senão, nessa votação da mineração também, a gente fazia igual: volta para o órgão e pede para revisar. Senão não faz sentido o que estamos fazendo aqui.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “A revisão nos termos do que foi o recurso. O recurso pede a revisão da decisão.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Há pouco tempo atrás nós fizemos uma votação aqui, e o resultado foi esse. E teve votante que falou assim: ‘Será que não tem como então fazer uma multa menor?’ Em outro caso. Aí foi falado aqui: ‘A multa segue ou a multa zera.’ Aí a pessoa até falou: ‘Então eu quero que zere.’” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “É por isso que estou te falando ‘nos termos’. Eu não estou falando que você está errado, eu estou te falando que o que está no parecer é a revisão da decisão, do indeferimento. Foi o deferimento do parecer. É isso que eu estou te falando, nos termos do parecer que foi votado. Estamos falando a mesma coisa.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Eu ainda estou inseguro nesse entendimento.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “Nós não estamos votando o recurso da empresa, estamos votando o parecer do IEF. Se o parecer do IEF foi pelo indeferimento, e estamos votando favorável a ele, nós indeferimos. Se formos votar contrário ao parecer do IEF, estamos votando pelo deferimento.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Com base no recurso apresentado.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “Nós votamos o parecer do IEF.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Sim, mas com base no recurso. O que está em pauta é o recurso.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “O que é colocado em votação é o parecer do IEF.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “É o recurso. Se me permite aqui novamente, ‘Processo administrativo para exame de recurso’. Eu acho que estamos falando a mesma coisa, mas o que está em pauta, o que subsidia a decisão de vocês e provoca vocês é o exame do recurso.” Conselheira Laila Tupinambá Mota: “O que nos subsidia é o parecer do órgão e é o que é votado.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Sim, é isso o que estou te falando. Se não existe o recurso que foi pautado, não tem que se falar em deferimento ou indeferimento, a decisão já está posta. Mas é o que estou te falando, eu também entendo pelo que vocês estão falando: é o deferimento, contrário. Então eu acho que está claro.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Wesley, o que eu queria que ficasse claro...” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Mas está claro isso aqui, vai estar registrado em ata, mas é isso.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Sim, mas até como dúvida mesmo. Eu estou trazendo isso até como dúvida mesmo. Lá atrás, se o órgão ambiental não tivesse indeferido e tivesse deferido o pedido dele, a licença, ele não tinha dado prosseguimento ao serviço, colocado a área para trabalhar, e nem estaríamos aqui hoje.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “É deferimento. Nós estamos falando a mesma coisa: é deferimento, vai ser autorizado, vai emitir um Daia.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Então sim.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Com todas as restrições. Volta para o IEF para emitir o Daia.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Ok. Entendi. Aí tudo bem. É isso que eu fiquei na dúvida. Igual eu falei, eu trouxe isso mais como dúvida, como insegurança, do que como questionamento.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Eu faço aqui para vocês no Conselho, por toda a restrição que eu tenho em relação, porque eu acho que é uma questão também eminente técnica, às vezes pode ter algumas outras coisas envolvidas nessa questão da análise do inventário, tecnicamente falando. Porque quando você lê o que foi posto fala, inclusive, Floresta Inicial, estágio Inicial e Médio. Eu não conheço o inventário, não sei qual foi o inventário, mas, enfim, se fala que tem o estágio Médio nessa área que ele quer de supressão de 40 hectares, há uma inviabilidade jurídica, impossibilidade jurídica do pedido. Eu não estou entendendo isso não. Mas, de fato, a decisão aqui, o que se vota, se votou, foi favorável ou contrário ao parecer. Se o parecer do IEF foi pelo indeferimento, e vocês votaram contrário, vocês estão o quê? Deferindo o recurso. Se está deferindo o recurso, então, quer dizer, vocês estão contrários e deferindo a intervenção ambiental, no meu entendimento. É isso que eu estou te falando.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Exatamente. O empreendedor entrou com um recurso, a equipe técnica do IEF analisou o recurso, a equipe técnica do IEF entendeu pelo indeferimento do recurso, ou seja, pela manutenção da decisão que já tinha sido proferida. Agora o Conselho votou contrário ao parecer do IEF e favorável ao recurso do empreendedor. Então votou

contrário ao parecer apresentado pelo IEF e votou favorável. Então foi essa a decisão do Conselho.”
Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “E vai voltar para o IEF para emitir o documento autorizativo, que é o Daia.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Aí tudo bem. Entendi” Presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga: “Só ratificando, retificando, conselheiro, foi exatamente isso, porque, com a decisão de hoje, amanhã o empreendedor não pode iniciar a supressão. Precisa voltar para análise de mérito do órgão ambiental, para que o órgão ambiental reveja e emita um documento autorizativo. É nesse sentido que eu falei também. É porque não sai daqui hoje já, nós entendemos que tem todos os atos, a publicação, o próprio parecer, em função da reunião de hoje. Mas não é que amanhã já esteja pronto o documento autorizativo e o trabalho inicia. Foi nesse sentido.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “O empreendedor só vai realizar a supressão a partir do momento que ele tiver o documento autorizativo em mãos. Exatamente, Rita.” Conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma: “Ok.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Eu acho que está claro.” Presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga: “Agora, conselheiro, nós podemos caminhar para finalizar? Muito obrigada.” **11) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Rita de Cássia Silva Braga e Braga
Presidente suplente da URC Jequitinhonha